

Como vencer o pessimismo

A mesa-redonda que reuniu, no *Estado*, expressivas lideranças empresariais evidenciou o temor de muitos industriais de que o Brasil não seja capaz de recuperar o atraso tecnológico a que se viu condenado pela ausência de uma política industrial e pela falsa idéia de que era possível saltar etapas mediante restrições ao capital estrangeiro e o estabelecimento da reserva de mercado. Não só isso, deixou patente o profundo fosso que separa a classe empresarial do mundo político, seja o Executivo, seja o Legislativo em todos os níveis.

Será difícil dizer qual dos dois temas é de maior relevância; na verdade, tanto o isolamento do Brasil no mundo sempre mutante da tecnologia internacional como a distância entre a classe política e o empresariado são igualmente preocupantes, uma vez que ambos provocam o retrocesso do País. Como se afirmou com toda a clareza e pessimismo, o Brasil pode deixar a estagnação que se registra hoje em dia, para regredir ao século XIX, quando não ao XVIII, no que respeita ao aperfeiçoamento das técnicas produtivas. O pessimismo patente ao longo da discussão ainda não é desses que impedem as reações visando à salvação; pelo contrário, a idéia de que se discuta um programa estratégico centrado sobre a palavra *produzir* é demonstração mais do que convincente de que o empresariado nacional — hoje aberto à associação com os capitais estrangeiros na condição de sócios com iguais direitos — ainda conserva a chama que distingue o empresário do mero produtor de bens e serviços. Queremos dizer, com isso, que os empresários brasileiros, embora sabendo ser difícil trabalhar no atoleiro em que o governo meteu a economia, conservam sua vocação empreendedora e não vêem razões para deixar de continuar exercendo sua função social que não é apenas produzir, mas criar o desenvolvimento econômico e social.

O afastamento entre a classe empresarial brasileira e a classe política não se

expressa apenas nas concessões que se fizeram à demagogia na Assembléia Nacional Constituinte. Essas são apenas o espelho em que se reflete fenômeno mais profundo, e sumamente preocupante. As benemerências da Constituinte evidenciam tão-só, e dramaticamente, que por influência da ideologia do nacional-oligarquismo (a ideologia dos nacionalisteiros e dos membros da oligarquia) e da pressão política ao nível federal de grupos vindos de universos sociais pré-capitalistas, em que as posições de prestígio só se conservam pelas benesses do Estado, a sociedade brasileira está lentamente perdendo a consciência de que aquilo que se consome — bens ou serviços — tem um custo, e de que o Estado não produz coisa alguma, a não ser a moeda com que inflaciona os preços. Em outras palavras, a política, mesmo quando praticada com grandeza, esquece a relação custo/benefício e o dado maior de que aquilo que se dá deve ter tido sua contrapartida naquilo que se produziu. Será extremamente difícil convencer a classe política de que o Erário Público deve ser regido pelos mesmos princípios gerais que governam a economia privada, ou a economia *tout court*: só se pode gastar aquilo que se produziu e recebeu, e não se pode onerar a produção e o comércio imaginando-os inesgotáveis e que ao Estado tudo é possível, pois tem o poder de emitir papel-moeda e fazer a inflação.

Vencer essa mentalidade distorcida que se instalou no Brasil em consequência das causas que apontamos e de muitas outras — entre as quais avulta o populismo dos anos 40 que até hoje persiste — é tarefa difícil, como assinalamos. Ela seria facilitada, no entanto, se entre empresários e trabalhadores houvesse a consciência de que a oitava economia do mundo só continuará a sê-lo se puder superar os obstáculos que o nacional-oligarquismo construiu para impedir a total inserção do Brasil na economia mundial. A abertura do País ao Exterior — numa ampla avenida de dois sentidos de direção, o das exportações e o das importações — é o caminho

para isso. Para tanto, impõe-se quebrar as resistências que o *cartorialismo* ainda ergue no terreno da informática e de outras atividades reservadas; estabelecer uma clara política industrial em que os óbices burocráticos aos capitais externos e aos capitais nacionais realmente capacitados tecnologicamente sejam removidos; ter uma política de exportação que não coloque os produtores à mercê das flutuações do humor dos burocratas. Fundamentalmente, esse entrosamento da economia brasileira com a economia mundial se fará mediante a clara consciência de empresários e trabalhadores, sociedade e Estado, de que é indispensável ao Brasil *produzir*; de que para produzir será necessário respeitar os princípios que se contêm na noção de mercado (em outras palavras, os princípios liberais), e de que o governo não pode opor obstáculos à produção mantendo um déficit público acima de qualquer controle, o que eleva as taxas de juro a patamares que tornam impossível a produção.

Com razão, os empresários reclamaram providências energéticas do governo Sarney para conter o déficit público, enfrentando com coragem a questão do funcionalismo. Mais ainda, como alguns deles observaram, não é justo que o governo não demita funcionários, pensando no famoso *social*; e adote medidas para conter o déficit público, as quais acabam levando empresários a demitir trabalhadores. O social, imagina-se, deve ser uno e indivisível...

A idéia de mobilizar o Brasil em torno da palavra *produzir* é extremamente oportuna. Efetivando-se e transformando-se em movimento de opinião, poderá levar a classe política a capacitar-se da impossibilidade de violentar-se princípios gerais da economia como o objetivo de obter votos (sob pena de a economia e com ela a política serem conduzidas ao desastre), e da necessidade de um esforço conjunto de austeridade, para impedir o pior e derrotar o pessimismo.